Globethics Repository



Um panorama sobre a nova divisâo cognitiva do trabalho [An overview of the new cognitive division of labor]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Vercellone, Carlo
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-16 03:37:01
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162878

onde as pessoas se unem para compartilhar informações. Isso é muito empolgante.

***IHU On-Line* – Qual é o perfil das pessoas que trabalham na Wikipédia?**

Jimmy Wales – Nesta área, o principal é que as pessoas sejam amigáveis e que reflitam. Na Wikipédia, estas duas características têm maior importância, porque estamos tentando trabalhar juntos, colaborativamente, não estamos apenas tentando gastar tempo discutindo, não estamos exatamente tentando ter um trabalho produtivo-lucrativo. Então as características pessoais são ser gentil, solícito e reflexivo com os outros.

***IHU On-Line* – Como as novas tecnologias transformaram o mundo do trabalho, na sua percepção?**

Jimmy Wales – Eu diria que, quando as pessoas têm acesso ao conhecimento, e a uma maneira de se auto-educar, se tornam muito mais hábeis para o trabalho produtivo, o que ajudaria a acabar com o desemprego. Se elas tiverem acesso à educação e ao conhecimento, poderão aprender habilidades ou aquilo que as ajude a ser mais produtivas, qualquer que seja a área de trabalho que tenham escolhido. Na economia moderna, as pessoas devem aprender o máximo que podem sobre as mais diferentes áreas do mundo, porque existem muitas coisas que demandam muito conhecimento. Tentamos nos concentrar em tornar nosso trabalho acessível para qualquer indivíduo que queira aprender. As pessoas podem aprender sobre tecnologia, história, política, sobre o que quer seja para se tornarem mais qualificadas em suas vidas.

Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho

Entrevista com Carlo Vercellone

O economista italiano, residente na França, Carlo Vercellone, concedeu, por e-mail, a entrevista exclusiva, que segue, à revista ***IHU On-Line***. Nela, ele afirma que "na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do "estoque" de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa". Mestre de conferências na Universidade de Paris I Pantheón-Sorbonne, Vercellone é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (*http://matisse.univ-paris1.fr*). Especialista da história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva **Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?** (Estamos saindo do capitalismo industrial?) Paris: La Dispute, 2003. Vercellone é membro do Comitê de Redação da Revista **Multitudes** e também autor de **Accumulation primitive du capital (1861-1980), industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien**. Paris: L'Harmattan, 1999.

***IHU On-Line* – Quais são os principais sinais, nas sociedades contemporâneas, de que se começa a sair do capitalismo industrial, e quais são os sinais de que ainda estamos nele?**

Carlo Vercellone – Muitas mutações assinalam a transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo,

mas, a mais importante é, sem dúvida, a que diz respeito à relação capital/trabalho, pois ela determina, em grande parte, as transformações paralelas ocorridas nas relações de propriedade, o ritmo e as modalidades de inovação, e a divisão internacional do trabalho. Proponho começar por este aspecto crucial. No capitalismo industrial, o desenvolvimento da divisão do trabalho foi caracterizado por um processo de polarização do saber e de parcelização – desqualificação do trabalho de execução. A cisão do trabalho intelectual e do trabalho manual andou unida com uma forte tendência à expropriação dos saberes laborais, a incorporação do saber no capital fixo e a organização das empresas, segundo uma dinâmica histórica que desembocará, sob muitos aspectos, no modelo fordista. A dimensão cognitiva do trabalho (concebida como unidade do pensamento e da ação), que constitui, no sentido de Marx, a própria essência do trabalho humano, foi, assim, estropiada e transformada em seu contrário, em atividade repetitiva. O trabalho, separado da subjetividade do trabalhador, tornou-se abstrato, não somente na sua forma, mas também no seu conteúdo, esvaziado de todo interesse e de toda qualidade intelectual expansiva.

O retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho

A meu ver, a maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho. É preciso notar, também, que esta reconquista da dimensão cognitiva do trabalho se manifesta em todo tipo de atividade produtiva, pouco importando que ela seja material ou imaterial. É também por essa razão que a noção de trabalho imaterial, muitas vezes utilizada para caracterizar a mutação atual do trabalho, é insuficiente e, na minha ótica, imprecisa. A ascensão do trabalho cognitivo está longe de ser o apanágio de uma elite de trabalhadores da R&D[3] ou da pesquisa científica. Ela diz respeito a todas as atividades produtivas e a toda a sociedade, como mostra a difusão das tarefas de produção de conhecimentos e de tratamento da informação em todos os setores econômicos, inclusive os de fraca intensidade tecnológica.

O controle do capital

Certamente existem tendências contrárias: a história não é um processo linear, mas procede por solavancos e hibridações. Assim, a tendência para uma nova organização cognitiva do trabalho não marca, *ipso facto,* o fim do taylorismo, aí incluído o domínio do trabalho intelectual. O capital se esforçará sempre em limitar, na medida do possível, o controle real exercido pelos trabalhadores sobre seu trabalho. No novo capitalismo (cognitivo), diferentes modelos produtivos e de organização do trabalho continuarão a coexistir e a imbricar-se. Não obstante, no capitalismo contemporâneo, a principal fonte da criação de valor e da competitividade das empresas não repousa mais no trabalho e no capital material, mas sobre o saber e as atividades intangíveis. Essa evolução corresponde à afirmação de uma nova preponderância qualitativa dos conhecimentos vivos, incorporados e mobilizados pelos trabalhadores, em relação aos saberes formalizados, incorporados no capital fixo e na organização das empresas.

Pontos essenciais

É preciso ainda sublinhar, a esse respeito, dois outros pontos essenciais:

1. O elemento determinante dessa transformação está longe de poder ser explicado por um determinismo tecnológico que faria das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) o principal fator de passagem a uma nova organização da divisão do trabalho e das relações sociais. A este propósito, também é preciso lembrar que as TIC só podem

[3] R&D: Acrônimo de Research and Development (Pesquisa e Desenvolvimento). (Nota da ***IHU On-Line***)

funcionar corretamente na base de um saber vivo capaz de mobilizá-las, pois é o **conhecimento** que governa o tratamento da informação, que, caso contrário, permaneceria estéril. O seu ponto de partida encontra-se num processo de difusão do saber gerado pelo desenvolvimento da escolarização de massa e a alta do nível médio de formação. Temos, então, o que se pode chamar de constituição de uma intelectualidade difusa. É esta nova qualidade da força de trabalho que impulsionou a ascensão do trabalho imaterial e intelectual e a passagem da muda cooperação do fordismo à cooperação **comunicante,** própria de uma divisão cognitiva do trabalho.

Uma economia fundada no conhecimento

2. As condições sociais e os verdadeiros setores impulsionadores de uma economia fundada no conhecimento não se encontram nos laboratórios privados de R&D, mas nas instituições e produções coletivas do *Welfare State* (saúde, educação, pesquisa pública e universitária etc.). Desses dois setores, tanto nos países do centro como nos da periferia, dependem, de fato, duas funções essenciais de uma política de desenvolvimento durável: a) a de assegurar a competitividade de longo prazo sobre produtos não-submetidos à concorrência pelos preços e a uma especialização rígida; b) a de autorizar a satisfação das necessidades internas e a reprodução das condições sociais de uma sociedade e uma economia intensiva em conhecimentos ligados à formação de uma intelectualidade difusa. O desenvolvimento econômico e o progresso social, longe de serem antieconômicos, repousam sobre uma política de redução progressiva das desigualdades no acesso ao saber e na repartição do lucro. Trata-se, a meu ver, de um ensinamento maior para repensar as políticas do desenvolvimento na era do capitalismo cognitivo e chegar a um modelo que permitisse conciliar as exigências de um outro desenvolvimento nos países do Norte e de uma nova política de saída do subdesenvolvimento no Sul.

***IHU On-Line* – Quais são as diferenças e as conseqüências do funcionamento do "capitalismo cognitivo" e do capitalismo comum para o desenvolvimento e o desemprego da população mundial?**

Carlo Vercellone – Na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do "estoque" de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa. Esta evolução tem um impacto crucial sobre as especializações internacionais e a localização das atividades. Atualmente, os espaços com dificuldades são os de tipo neotaylorista, em razão da sua vulnerabilidade, volatilizada ao extremo, do capital. Inversamente, as atividades intensivas em conhecimento estão muito mais ancoradas territorialmente. De fato, nesse caso, é o capital que depende de uma reserva de trabalho intelectual e imaterial, quando pré-existe à atividade das empresas e se concentra notadamente nas metrópoles. Utilizando o jargão dos economistas, pode-se dizer que, atualmente, a lógica de exploração de *vantagens comparativas* recua em proveito da detenção, por um território, de elementos de monopólios ou *de vantagens absolutas* fundadas sobre o saber.

A situação dos países em desenvolvimento

É por isso que o impulso do capitalismo cognitivo está ligado a uma forte tendência de polarização da geografia do desenvolvimento, que ameaça condenar os países em vias de desenvolvimento (PVD), menos providos de trabalho qualificado, a uma verdadeira "desconexão forçada". Esta tendência é tanto mais forte, quanto o permite a revolução biotecnológica. Agora, as empresas do Norte se apropriam vantajosamente dos recursos genéticos e dos saberes tradicionais do Sul,

substituindo por "novas mercadorias" muitos produtos tradicionalmente importados dos PVD. No entanto, também aqui não estamos diante de um processo unívoco. Uma lógica de deslocalização, baseada na redução dos custos do trabalho, parece, agora, penetrar também nos setores mais intensivos do conhecimento, como mostra, por exemplo, o impulso da indústria da informática na Índia. De maneira mais geral, um certo número de países, dispondo de uma importante reserva de mão-de-obra intelectual, têm, pelo menos em teoria, a possibilidade de pôr em prática uma política de desenvolvimento susceptível de se inserir na nova divisão cognitiva do trabalho. É o caso da Índia, do Brasil, da China e de um certo número de países do antigo bloco soviético.

***IHU On-Line* – Quais são os novos dispositivos de dominação que o senhor assinalaria? Não se deveria repensar a maneira de remuneração de um trabalhador que tem sua personalidade e subjetividade organizadas e comandadas para o lucro?**

Carlo Vercellone – Responderei a estas questões destacando, primeiro, certas contradições maiores da atual regulamentação do capitalismo cognitivo. Depois darei uma proposta que pode contribuir para a elaboração de uma alternativa.

1º) Na nova organização do trabalho, o controle pela obrigação de resultado tende a substituir os mecanismos fordistas tradicionais do controle pela prescrição dos meios e dos procedimentos. Neste movimento, a prescrição taylorista do trabalho é substituída pela "prescrição da subjetividade", ou seja, pela injunção feita aos assalariados de se envolver no trabalho, pondo sua criatividade a serviço da empresa, como se se tratasse do espaço duma atividade livre e independente. A eficácia deste modo de gestão dos recursos humanos se choca, portanto, com duas contradições maiores. Prescrever a subjetividade corresponde, de fato, a uma "injunção paradoxal" que consiste em exigir qualquer coisa e seu contrário ao mesmo tempo: resulta uma "clivagem do eu" que corre o risco de afetar a capacidade de aprendizagem dos assalariados e, por ricochete, a das empresas. Além disso, a prescrição da subjetividade é, em geral, operada por um sistema de incitações individuais, em prejuízo da coesão do coletivo do trabalho, do qual depende um processo de acumulação dos conhecimentos. Esta contradição é tanto mais pesada quanto a nova lógica da "competência" (substituindo a do cargo), preconizada pelas empresas. Concretiza-se, com freqüência, numa negação dos saberes adquiridos pela qualificação, bem como numa individualização da relação salarial que nega e entrava a dimensão coletiva dos conhecimentos mobilizados pelo trabalho.

A reivindicação sobre a propriedade do produto do trabalho

2º) Nas atividades em que a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho se torna dominante, nós assistimos a uma desestabilização de uma das condições primárias do contrato salarial: a saber, a renúncia, da parte dos trabalhadores, em troca do salário, a toda reivindicação sobre a propriedade do produto de seu trabalho. No trabalho cognitivo produtor de conhecimentos, o produto do trabalho continua, de fato, incorporado no cérebro do trabalhador e, em conseqüência, indissociável de sua pessoa. Este fato contribui, entre outros aspectos, para explicar a pressão exercida pelas empresas para obterem um reforço dos direitos de propriedade intelectual e enclausurarem os mecanismos sociais que permitem a circulação dos conhecimentos.

Um deslocamento do conceito de trabalho produtivo

Terminarei esta entrevista ressaltando como, no capitalismo cognitivo, o caráter

social dos mecanismos da produtividade e da inovação determina, a meu ver, um deslocamento do conceito de trabalho produtivo (como no de exploração, no sentido de Marx). Nesse quadro, as fronteiras tradicionais entre trabalho e tempo livre, entre produção e consumo, se esboroam. O tempo de trabalho imediato, consagrado diretamente a uma atividade de produção (durante o horário oficial de trabalho) constitui agora apenas uma fração do tempo efetivo de trabalho. O conceito de trabalho produtivo e sua remuneração deveriam, pois, estender-se ao conjunto dos tempos sociais e das atividades que participam na criação de valor e de riquezas. Nessa ótica, importa, a meu ver, refletir sobe a proposição de uma extensão do salário socializado, fundado sobre a constituição de um Retorno Social Garantido (RSG), independente do emprego assalariado e cumulativo com outras retribuições de atividades, bem como com as transferências saídas do atual sistema de seguros da proteção social. Do ponto de vista do próprio desenvolvimento de uma economia fundada sobre o conhecimento, este Retorno Social Garantido deveria ser considerado como sendo, ao mesmo tempo, um investimento coletivo da sociedade no saber e uma remuneração primária para os indivíduos, isto é, um salário social saído diretamente da produção e, assim, não provindo da redistribuição e da assistência. A este respeito, o Retorno Garantido corresponderia à instituição de um novo direito, fundado ao mesmo tempo na cidadania e no trabalho (num sentido amplo que não se reduz ao conceito de emprego assalariado). Ele favoreceria a elevação do nível de formação da mão-de-obra e a criação de formas de cooperação não-mercantis, impelindo "para o alto" a escala das remunerações por atividade e o poder de negociação dos assalariados com o mercado de trabalho.

"O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife"

Por Eduardo Batalha Viveiros de Castro



Eduardo Batalha Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concedeu a entrevista que segue à revista ***IHU On-Line*** desta semana. Ele afirma que é radicalmente contra a idéia de propriedade intelectual. "Acho que a noção de direito é um objeto não-evidente do ponto de vista antropológico e que a expressão das relações sociais em termos de 'direitos' é uma invenção ocidental muito curiosa e muito perigosa". Viveiros de Castro é graduado em Ciências Sociais pela PUC-Rio, mestre e doutor em Antropologia Social pela UFRJ, com a tese Arawete: uma visão da cosmologia e da pessoa tupi-guarani. Cursou pós-doutorado na Université